

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - SP

Termo de Referência 67/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
67/2025	393025-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - SP	DANIELLA DE SOUZA NUNES MACHADO	13/04/2026 11:51 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		50608.001026/2025-71

1. Condições gerais da contratação

1.1. O objeto desta contratação é o fornecimento e instalação de sistema de microgeração de energia fotovoltaica para a Superintendência Regional de São Paulo e suas Unidades Locais.

LOTE	CÓDIGO CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
01	19747	Fornecimento e instalação de Sistema de MicroGeração de Energia Fotovoltaica com 74,8kWp de potência, conforme as especificações técnicas , anexas ao Edital, contendo todos os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento, projeto e parecer de acesso junto a concessionária. Local para entrega instalação: Superintendência Regional São Paulo – Rua Ciro Soares de Almeida, nº 180 – Jardim Andaraí – São Paulo/SP	Serviço	01	R\$ 163.770,8
02	19747	Fornecimento e instalação de Sistema de MicroGeração de Energia Fotovoltaico com 9,90kWp de potência, conforme as especificações técnicas , anexas ao Edital, contendo todos os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento, projeto e parecer de acesso junto a concessionária. Local para entrega e instalação: Unidade Local de Presidente Epitácio – Estrada Boiadeira Norte, nº 65, Quadra 4 - Barranca do rio Paraná – Presidente Epitácio/SP	Serviço	01	R\$ 21.554,07
		Fornecimento e instalação de Sistema de MicroGeração de Energia Fotovoltaico com 8,80kWp de potência, conforme as especificações técnicas , anexas ao Edital, contendo todos os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento, projeto e parecer de acesso junto a concessionária.			

03	19747	es técnicas, anexas ao Edital, contendo todos os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento, projeto e parecer de acesso junto a concessionária. Local para entrega e instalação : Unidade Local de Taubaté – Av. D. Pedro I, nº 4.981 – Taubaté/SP	Serviço	01	R\$ 19.148,77
04	19747	Fornecimento e instalação de Sistema de MicroGeração de Energia Fotovoltaico com 8,80kWp de potência, conforme as especificações técnicas , anexas ao Edital, contendo todos os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento, projeto e parecer de acesso junto a concessionária. Local para entrega e instalação: Unidade Local de Bauru - Rua Nóbile di Piero, nº 02-160 - Centro - Bauru/SP	Serviço	01	R\$ 19.148,77

1.2. Os serviços são comuns de engenharia e possuem padrões de qualidade e desempenho definidos por este Termo de Referência e pelas Normas Técnicas do DNIT e da ABNT.

1.3. O prazo de execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da assinatura do contrato. A área gestora ou a Superintendência Regional emitirá a Ordem de Início dos serviços, conforme o artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, sendo que o início da contagem do prazo dar-se-á com a assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021 e Lei nº 14.770, de 2023.

1.5. A prorrogação do contrato poderá ocorrer nos termos do Art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. Esta contratação atende à demanda formalizada em reunião no dia 22 de maio de 2025 (documento SEI nº21225959), realizada entre o Núcleo de Sustentabilidade e o Coordenador de Administração e Finanças do DNIT-SP. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objetivo da contratação é solucionar a pendência de geração de energia renovável identificada no 4º Boletim de Desempenho da DAF. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP:04892707001778-0-000001/2026

II. Data de publicação no PNCP:13/06/2025

III. Id do item no PCA: 11

IV. Classe/Grupo: 6117 - SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR

V. Identificador da Futura Contratação: 393025-54/2026

2.3. Indicação da fonte de recursos suficientes para a contratação: Disponibilidade Orçamentária, conforme disposto no edital de licitação.

2.4. Fundamentação Legal

- 2.4.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- 2.4.2. Lei nº 14.300/2022, que estabelece regras para a produção de energia elétrica por consumidores e o sistema de compensação de créditos com a distribuidora.
- 2.4.3. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, institui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e dispõe sobre o Simples Nacional.
- 2.4.4. Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- 2.4.5. Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
- 2.4.6. Instrução Normativa nº 46/DNIT SEDE, de 19 de agosto de 2021, Dispõe sobre a prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e compras pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, alterada pela Instrução Normativa nº 4/DNIT SEDE, de 15 de março de 2023.
- 2.4.7. Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.5. Descrição da necessidade da contratação

- 2.5.1. O objetivo é alcançar uma redução significativa das faturas de energia, mediante a produção de energia elétrica obtida a partir da energia solar incidente nos módulos fotovoltaicos, provendo consumo próprio, ao mesmo tempo estando conectados à rede elétrica pública.
- 2.5.2. A justificativa para o fornecimento e instalação de sistema de microgeração de energia fotovoltaica, refere-se ao cumprimento do Plano de Logística Sustentável, tendo como norte o 4º Boletim de Desempenho DAF, a que se refere o Ofício-Circular nº 1605/2025/SAA - DAF/DAF/DNIT SEDE (doc. SEI! nº 20551552), contendo indicadores de performance desta regional no tema sustentabilidade.
- 2.5.3. O assunto foi demandado em reunião ocorrida no dia 22 de maio de 2025, às 10h10min, doc SEI (21225959) no auditório da Superintendência Regional do DNIT-SP, entre membros Núcleo de Sustentabilidade e Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos, designados mediante a Portaria nº 1988, de 25 de março de 2025 - SEI! nº 20701551, e o Coordenador de Administração e Finanças do DNIT-SP.
- 2.5.4. Portanto, a presente contratação busca solucionar a pendência do item 7.1.4 apontada no *4º Boletim de Desempenho DAF "GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA: Há sistema de geração de energia renovável? O sistema provê a demanda de todas as unidades (Sede / SRE+ULs)?*
- 2.5.5. O embasamento legal está disposto no Inciso III do Art. 21 da IN 40/2021 que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
- 2.5.6. Por fim, a implementação deste sistema traz uma economia significativa nas faturas de energia elétrica com retorno do investimento, além de ser uma fonte de energia limpa e sustentável.

3. Descrição da solução como um todo

- 3.1. A solução propõe a instalação de módulos fotovoltaicos nos telhados existentes, estimando a quantidade e potência dos módulos fotovoltaicos de acordo com o consumo de energia. Parte da energia gerada pelos painéis fotovoltaicos será consumida pelas edificações e o excedente será injetado na rede elétrica.
- 3.2. Basicamente, trata-se de um sistema conectado a rede para compensação de energia elétrica nos termos da Lei nº 14.300/2022, que estabelece regras para a produção de energia elétrica por consumidores e o sistema de compensação de créditos com a distribuidora.

3.3. A instalação dos sistemas foi distribuída nas quatro edificações subordinadas a Superintendência Regional São Paulo.

3.4. O Anexo I – Especificações Técnicas descreve os materiais e as atividades escolhidas como solução, objetivando a perfeita execução e completa instalação e homologação sistema junto a concessionária local.

3.5. O dimensionamento da quantidade dos módulos foi realizado mediante a análise dos consumos das faturas de energia de julho de 2024 a junho de 2025 de cada unidade consumidor.

3.6. O prédio da Superintendência é alimentado em Média Tensão, sendo um cliente Horosazonal Tarifa A4- Verde, com demanda de consumo contratada em 65kW. As demais edificações são alimentadas em baixa tensão.

3.7. O fornecimento deverá contemplar todos os componentes discriminados no Anexo I (Especificações Técnicas). Caso o detalhamento do projeto executivo, a ser elaborado pela contratada, identifique a necessidade de acessórios menores e indispensáveis para a conformidade com as normas da ABNT e da concessionária, estes deverão ser fornecidos sem ônus adicional, desde que sua natureza seja acessória aos equipamentos principais listados.

3.8. Para conexão à rede, o sistema deve seguir todas as exigências da concessionária, mediante parecer de acesso, conforme diretrizes da própria concessionária.

3.9. A CONTRATADA deve observar a norma sobre inversão de fluxo de potência é a Resolução Normativa nº 1.098 /2024 da ANEEL, avaliando os cenários que envolvem o parecer de acesso.

3.10. Os requisitos mínimos e exigências para instalação sistema por edificação estão detalhados nas especificações técnicas anexa a este edital.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução dos serviços as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando os critérios indicados abaixo:

4.1.2. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies, bem como, e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

4.1.3. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

4.1.1.2.2. Responsabilidade e Responsividade: Em casos de incidentes ou necessidade de intervenção rápida, é essencial ter um único ponto de contato responsável pelo equipamento médico-hospitalar. Um consórcio pode dificultar a atribuição clara de responsabilidades e a capacidade de resposta eficiente em situações críticas;

4.1.4. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

4.1.5. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

4.1.6. Adoção de prática de destinação final das embalagens, pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;

4.1.7. Atendimento ao disposto no item 08 - Obras e Serviços de Engenharia, subitens 8.1 e 8.2 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, desenvolvido pela AGU - setembro/2023 (www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf).

4.1.8. Ao fim da vida útil ou em caso de substituição por defeito, a contratada fica obrigada a realizar a logística reversa dos módulos fotovoltaicos e componentes eletrônicos (resíduo perigoso), comprovando a destinação final ambientalmente adequada conforme a Lei 12.305/2010

4.1.9. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

4.1.10. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

4.1.11. A empresa CONTRATADA deverá, se necessário, na região, licenciar o procedimento de descarte junto à fiscalização ambiental local, bem como verificar as áreas para depósito de materiais e eventuais empresas habilitadas pelo Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil pertinente, para o transporte de materiais em descarte, observada a legislação aplicável na região – em acordo com o eventual Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Será admitida a subcontratação se previamente aprovada pela Superintendência Regional do DNIT em São Paulo, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, desde que não contemplem os serviços exigidos na habilitação do presente Termo de Referência, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor contratado.

4.2.2. Entende-se por objeto principal da licitação aquele para o qual está se exigindo a qualificação técnico-operacional.

4.2.3. Entende-se por objeto acessório na licitação aqueles definidos como sendo os residuais do objeto principal.

4.2.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.5. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o DNIT e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que concerne a medição e pagamento direto a subcontratada.

4.2.6. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.2.7. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.2.8. As empresas subcontratadas também devem comprovar perante o DNIT que estão em situação regular fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DNIT.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o Art. 96 ao Art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. Vistoria

4.4.1. As vistorias técnicas serão acompanhadas por um servidor do DNIT, que certificará a visita, expedindo o atestado de visita que contenha informações técnicas das obras.

4.4.2. A empresa licitante, através do seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.3. Caso o licitante opte por não realizar, deverá prestar declaração formal assinado pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4.5. Todas as empresas inclusive as que fizeram visita no local deverão apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições do local onde serão realizados os serviços e das informações técnicas necessárias à elaboração de sua proposta.

4.4.6. Os agendamentos e demais informações em relação à visita técnica poderão ser obtidas junto a Superintendência Regional São Paulo, localizada na R. Ciro Soares de Almeida, 180 - Vila Maria, São Paulo - SP, 02167-000, ou por meio do telefone: (11) 3240-7958/7967 ou através do e-mail: caf.sp@dnit.gov.br ou ul.taubate@dnit.gov.br.

4.5. Obrigações do licitante vencedor

4.5.1. Atentar às condições meteorológicas quando da programação e execução dos serviços nas coberturas, especialmente garantindo o zelo com o patrimônio público armazenado nas respectivas edificações, adotando quando necessário todas as medidas de proteção para evitar possíveis infiltrações nessas instalações.

4.5.2. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.5.3. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado

4.5.4. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DNIT em relação a serviços e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

4.5.5. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando, quando for o caso, equipamento de proteção individual (EPI) apropriado. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

4.5.6. Comunicar ao DNIT, sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

4.5.7. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

4.5.8. Sempre que solicitado pelo Fiscal do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.

4.5.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 4.5.10. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.5.11. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente de ações ocorridas por imperícia que resultem em danos ao telhamento existente nas edificações, obrigando-se ao refazimento às suas expensas.
- 4.5.12. Submeter à Fiscalização as amostras dos materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução, somente quando solicitado;
- 4.5.13. Os critérios de julgamentos e análise das amostras passam pela comprovação de atendimento às normas nacionais ou internacionais como ABNT, ISO, ou outra que se apresente de forma viável, podendo ser utilizado aprovação pelo INMETRO, demonstrando a possível qualidade e padronização do material que será utilizado.
- 4.5.14. Pode ser realizado vistoria pelo Fiscal do DNIT, que em caso de desaprovação do material fundamentará por escrito para Contratada os motivos determinantes.
- 4.5.15. A vistoria realizada pelo Fiscal do DNIT poderá ser acompanhada de representante da Contratada, caso entenda ser necessário.
- 4.5.16. A Contratada terá 02 (dois) dias úteis para recorrer da decisão ou informar que aceita a solicitação do Fiscal.
- 4.5.17. Caso não ocorra acordo entre o Fiscal e Contratada a demanda será enviada para o Gestor, que apresentará a decisão final sobre o assunto.
- 4.5.18. O prazo de conclusão da análise não pode exceder 07 (sete dias) úteis, evitando atraso no cronograma da obra.
- 4.5.19. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.
- 4.5.20. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 4.5.21. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
- 4.5.22. Elaborar e manter o Diário de Obras, que será preenchido diariamente pelo engenheiro residente da empresa e pelo fiscal do DNIT. Ao término de cada mês, uma via do Diário de Obras deverá ser anexado à medição mensal dos serviços executados, devendo permanecer outra via arquivada no canteiro de obras da empresa.
- 4.5.23. Providenciar, já no primeiro mês de vigência do contrato, a implantação de placas institucionais da obra, conforme modelo a ser definido, sem ônus ao DNIT. A empresa também será responsável pela manutenção das placas de identificação das obras;
- 4.5.24. Manter sua avaliação acima da nota 6, conforme AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS CONTRATADAS PELO DNIT contida na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº39/DNIT SEDE, DE 28 DE JULHO DE 2021 (vigente a partir de 01/12/2021), ou outra que venha a substituí-la.
- 4.5.25. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. A Contratada deve apresentar ao DNIT a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de projeto e execução em até 5(cinco) dias úteis após assinar o contrato.

5.1.3. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço;

5.1.4. A Contratada será responsável pelos trâmites junto a concessionária de energia, para homologação e parecer de acesso após a emissão da ordem de serviço. O objeto inclui a elaboração do projeto técnico, o protocolo e o acompanhamento administrativo de todo o processo de homologação junto à concessionária local até a vistoria final. A responsabilidade da contratada abrange o cumprimento de todas as exigências técnicas da concessionária, sendo a Administração responsável pelo fornecimento das procurações e documentos de titularidade necessários em até 10 (dez) dias úteis após solicitados."

5.1.5. A CONTRATADA deve observar a Resolução Normativa nº 1.098/2024 da ANEEL, para a substituição dos medidores de energia para bi-direcional.

5.1.6. O início dos serviços de Instalação dos Módulos e Inversores dar-se-á após aprovação do Detalhamento de Projeto pela Fiscalização Técnica do DNIT;

5.1.7. A Comissão de Fiscalização Técnica deverá analisar o Detalhamento de Projeto apresentado e emitir um parecer num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação;

5.1.8. A mobilização das equipe de instaladores, bem como o fornecimento dos equipamentos fotovoltaicos deve ocorrer em até 60(sessenta) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço, em obediência ao cronograma previsto. A mobilização compreenderá a equipe de profissionais instaladores, transporte dos equipamentos, máquinas e materiais diversos para o início dos serviços.

5.1.9. O Anexo I – Especificações Técnicas descreve os métodos, quantidades, tecnologias e procedimentos a serem seguidos pela empresa a ser contratada, objetivando a perfeita execução e completo acabamento da Instalação dos Sistemas Fotovoltaicos e serviços referidos no presente Termo de Referência;

5.1.10. A seguir, resumiremos o escopo detalhado no Anexo-I

5.1.11. PRÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA

5.1.11.1. O Microgerador fotovoltaico conectado à rede de distribuição poderá ser formado por 136(cento e trinta e seis) módulos fotovoltaicos.

5.1.11.2. A potência nominal dos módulos fotovoltaicos pode ser de no mínimo 550 Wp cada.

5.1.11.3. Os arranjos do microgerador fotovoltaico devem ser ligados a um mínimo de 4(quatro)inversores trifásicos 220V, em corrente alternada, com um mínimo de 2 MPPTs cada, com 2 entradas por MPPT. **OBS: Não será admitida proposta com quantidade inferior a 4(quatro) inversores, sob pena de desclassificação.**

5.1.11.4 A solução proposta deve assegurar que, em caso de falha de um único inversor, a perda imediata de geração não ultrapasse 25% da potência nominal total do sistema instalado no prédio da Superintendência, garantindo uma alta disponibilidade para o sistema.

5.1.11.5. A potência dos inversores deve ser dimensionada, conforme o seguinte fator de dimensionamento do inversor ($FDI = P_{c.a.}/P_{c.c.}$) $0,75 \leq FDI \leq 1$. $P_{c.a.}$ = Potência total nominal CA dos inversores e $P_{c.c.}$ = Potência Total Nominal do Arranjo dos Módulos Fotovoltaicos kWp.

5.1.11.6. Os inversores deverão possuir 2 MPPTs / 2 strings por MPPT permitindo conectar um total de 4 strings de painéis fotovoltaicos por inversor, divididas em duas MPPTs independentes, com capacidade para duas strings em paralelo por MPPT.

5.1.11.7. A potência total do arranjo fotovoltaico deve ser no mínimo 74,8kWp, sendo admitida uma quantidade de módulos versus potência individual do módulo que resulte na potência total mínima. **OBS: Não será admitida potência do arranjo inferior a 74,8kWp.**

5.1.12. PRÉDIO DA UNIDADE LOCAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO

5.1.12.1. O Microgerador fotovoltaico conectado à rede de distribuição deverá ser formado por 18 módulos fotovoltaicos.

5.1.12.2. A potência nominal dos módulos fotovoltaicos pode ser de no mínimo 550 Wp cada.

5.1.12.3. O microgerador fotovoltaico deve ser instalado em dois arranjos de painéis. Cada arranjo pode possuir uma ou mais séries conforme número de entradas do inversor.

5.1.12.4. Os arranjos do microgerador fotovoltaico podem ser ligados a 1(um)inversor de 7,5 kWp monofásico 220V, em corrente alternada, com um mínimo de 2 MPPTs.

5.1.12.5. A potência dos inversores deve ser dimensionada, conforme o seguinte fator de dimensionamento do inversor ($FDI = P_{c.a.}/P_{c.c.}$) $0,75 \leq FDI \leq 1$. $P_{c.a}$ = Potência total nominal CA dos inversores e $P_{c.c}$ = Potência Total Nominal do Arranjo dos Módulos Fotovoltaicos kWp.

5.1.12.6. A potência total do arranjo fotovoltaico deve ser no mínimo 9,90kWp, sendo admitida uma quantidade de módulos versus potência individual que resulte na potência total mínima. **OBS: Não será admitida potência do arranjo inferior a 9,90kWp.**

5.1.13. PRÉDIO DA UNIDADE LOCAL DE TAUBATÉ/SP

5.1.13.1. O Microgerador fotovoltaico conectado à rede de distribuição deverá ser formado por 16 módulos fotovoltaicos.

5.1.13.2. A potência nominal dos módulos fotovoltaicos deve ser de no mínimo 550 Wp cada.

5.1.13.3. O microgerador fotovoltaico deve ser instalado em dois arranjos de painéis. Cada arranjo pode possuir uma ou mais séries conforme número de entradas do inversor.

5.1.13.4. Os arranjos do microgerador fotovoltaico podem ser ligados a 1(um)inversor de 7,5 kWp monofásico 220V, em corrente alternada, com um mínimo de 2 MPPTs.

5.1.13.5. A potência dos inversores deve ser dimensionada, conforme o seguinte fator de dimensionamento do inversor ($FDI = P_{c.a.}/P_{c.c.}$) $0,75 \leq FDI \leq 1$. $P_{c.a}$ = Potência total nominal CA dos inversores e $P_{c.c}$ = Potência Total Nominal do Arranjo dos Módulos Fotovoltaicos kWp.

5.1.13.6. A potência total do arranjo fotovoltaico deve ser no mínimo 8,80kWp, sendo admitida uma quantidade de módulos versus potência individual que resulte na potência total mínima. **OBS: Não será admitida potência do arranjo inferior a 8,80kWp.**

5.1.14. PRÉDIO DA UNIDADE LOCAL DE BAURU

5.1.14.1. O Microgerador fotovoltaico conectado à rede de distribuição deverá ser formado por 16 módulos fotovoltaicos.

5.1.14.2. A potência nominal dos módulos fotovoltaicos deve ser de no mínimo 550 Wp cada.

5.1.14.3. O microgerador fotovoltaico deve ser instalado em dois arranjos de painéis. Cada arranjo pode possuir uma ou mais séries conforme número de entradas do inversor.

5.1.14.4. Os arranjos do microgerador fotovoltaico podem ser ligados a 1(um)inversor de 7,5 kWp monofásico 220V, em corrente alternada, com um mínimo de 2 MPPTs.

5.1.11.5. A potência dos inversores deve ser dimensionada, conforme o seguinte fator de dimensionamento do inversor ($FDI = P_{c.a.}/P_{c.c.}$) $0,75 \leq FDI \leq 1$. $P_{c.a.}$ = Potência total nominal CA dos inversores e $P_{c.c.}$ = Potência Total Nominal do Arranjo dos Módulos Fotovoltaicos kWp.

5.1.14.6. A potência total do arranjo fotovoltaico deve ser no mínimo 8,80kWp, sendo admitida uma quantidade de módulos versus potência individual que resulte na potência total mínima. **OBS: Sob hipótese alguma será admitida potência do arranjo inferior a 8,80kWp.**

5.1.15. Os cabos solares devem estar devidamente abrigados em eletrodutos e/ou eletrocalhas. Não será admitido cabos expostos sob pena não recebimento do objeto.

5.1.16. A instalação deverá ser precedida de análise da capacidade de carga do telhado atual, conforme dados arquitetônicos e vistoria previa. Caso a solução de módulos proposta pelo licitante exceda a carga de 10,90 kg/m², o contratado deverá prever, em sua proposta, as adequações estruturais ou sistemas de fixação específicos que garantam a integridade da cobertura e a segurança da edificação, em conformidade com as normas de engenharia vigentes.

5.1.17. Cada série fotovoltaica deve estar conectada a uma entrada da caixa de conexão CC ("string box industrial").

5.1.18. Para as estruturas de fixação, deverá ser utilizado um sistema de trilho completo com tamanho mínimo do perfil de 2,4m, oferecendo mais flexibilidade para ajustar a altura ou a inclinação dos painéis, otimizando o ângulo de captação solar.

5.1.19. O inversor deverá possuir um sistema de monitoramento on-line da usina solar, permitindo o acompanhamento da geração de energia em tempo real, a detecção de anomalias e a otimização de performance.

5.1.20. A contratada deverá fornecer, durante os primeiros 12 meses, relatórios trimestrais comparando a geração real com a geração estimada no projeto executivo. Caso a geração seja inferior a 85% da estimada sem causa justificada (clima), a contratada deverá realizar perícia técnica sem custos para a Administração".

5.1.21. O contratado deverá fornecer laudo de estanqueidade das coberturas 30 dias após a instalação, garantindo que a fixação dos suportes fotovoltaicos não comprometeu a impermeabilização original dos prédios.

5.1.22. Na ocasião dos serviços, deverá ser providenciado e mantido o atendimento ao público externo, por meio do etapeamento das ações, sem desligamentos não programados. Os profissionais da Contratada deverão interagir com servidores e demais profissionais do DNIT para alinhamento e detalhamento dos procedimentos necessários à não interrupção dos serviços da Superintendência e Unidades Locais.

5.1.23. A contratada será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, das Normas (federais, estaduais, municipais, distritais), dos Regulamentos, das Resoluções, das Instruções Normativas e das demais normas vigentes no âmbito da contratante, direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, independente de citação:

5.1.24. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;

5.1.25. Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentadas pelo INMETRO, relacionadas a seus serviços, assim como em outras por ela indicadas e suas últimas versões de atualizações, em especial:

- NBR 5410:2008 – Instalações elétricas em baixa tensão;
- NBR 5419-1:2015 – Proteção contra descargas atmosféricas;
- NBR 16690 – Instalações Elétricas de Arranjos Fotovoltaicos – Requisitos de Projeto
- NBR 16274 – Sistemas Fotovoltaicos Conectados a Rede – Requisitos Mínimo para Documentação, Ensaios de Comissionamento, Inspeção e Avaliação de Desempenho.
- NBR 14136:2012 Versão Corrigida 4:2013 - Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização;
- NBR 15749:2009 – Medição de resistência de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento;

- NBR 15751:2013 – Sistemas de aterramento de subestações – Requisitos;
- NBR IEC 60947-5-1:2014 - Dispositivos de manobra e controle de baixa tensão - Parte 5- 1: Dispositivos e elementos de comutação para circuitos de comando - Dispositivos eletromecânicos para circuito de comando;
- NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;
- NR 9 - Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais (PPRA).
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

5.1.26. Outras normas aplicáveis ao objeto do contrato;

5.1.27. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU.

5.1.28. Os serviços deverão ser realizados obedecendo estrita e integralmente aos estudos e orientações fornecidos pela fiscalização, além das especificações, composições e planilhas que embasaram a licitação. Qualquer divergência entre as normas e/ou os demais documentos de projeto deve ser indicada à FISCALIZAÇÃO pela CONTRATADA, sendo que deve prevalecer, nesse caso, a interpretação pela FISCALIZAÇÃO. Adicionalmente, qualquer Norma Técnica que não tenha sido mencionada neste documento, mas que seja importante sua aplicação, deverá ser observada e obedecida pela CONTRATADA, de modo que nenhum serviço venha a ser executado sem sua devida normatização.

5.1.29. Em caso de divergência, salvo quando houver acordo entre as partes será adotada a seguinte prevalência:

1. As normas da ABNT, do DNIT, do Governo do Estado e de suas concessionárias de serviços públicos prevalecem sobre o Projeto de Referência;
2. As especificações técnicas prevalecem sobre o orçamento, quanto à descrição dos serviços;
3. As cotas dos desenhos prevalecem sobre suas dimensões medidas em escala;
4. Todos os detalhes e serviços constantes dos desenhos e não mencionados nesta ESPECIFICAÇÃO, assim como os serviços neste texto mencionados, que não constantes dos desenhos, serão interpretados como parte dos projetos.

5.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.2.1. O cronograma físico financeiro dos serviços encontra-se no Anexo III.

5.2.2. O cronograma Físico-Financeiro da Licitante deve atender às exigências do Edital e seu (s) anexo (s) e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, poderá ser ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

5.2.3. Esse ajuste poderá se repetir, gerando novos cronogramas, desde que devidamente justificado pelo Fiscal do Contrato e aprovado pela autoridade competente, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados das 8:00h às 17:00h de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados nos seguintes endereços:

5.3.2. DNIT-Superintendência Regional São Paulo Endereço: Rua Ciro Soares de Almeida, 180 CEP 02167-000 São Paulo/SP.

5.3.3. DNIT- Unidade Local de Taubaté Endereço: Av. Dom Pedro I, 4891 - Taubaté/SP.

5.3.4. DNIT-Unidade Local de Bauru Endereço: Rua Mobile di Piero, 2-160, no Centro de Bauru.

5.3.5. DNIT - Unidade Local de Pres. Epitácio Endereço: Estr. Boiadeira Norte, 4 - Pres. Epitácio, SP, 19470-000.

5.3.6. Caso haja necessidade, com a devida aprovação da fiscalização do contrato, a empresa contratada poderá realizar os serviços, fora do horário e dias estabelecidos no item anterior.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.2. A Contratada deverá efetuar um rigoroso controle tecnológico dos materiais e produtos a serem utilizados.

5.4.3. A Contratada deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais e / ou acabamentos a serem utilizados na instalação fotovoltaica, podendo ser danificadas no processo de verificação, tais como: Módulos Fotovoltaicos; Inversores; Cabos solares, String Box Industrial; Disjuntores; e todos materiais caracterizados na Especificação Técnica.

5.4.4. Os materiais e insumos a serem utilizados deverão ser de primeira qualidade de forma a permitir o máximo aproveitamento e durabilidade dos equipamentos instalados.

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.2. As especificações, quantidades e atividades estão caracterizadas no Anexo I - Especificações Técnicas deste Termo de Referência.

5.5.3. Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros, deverão ser considerados nos custos unitários.

5.6. Especificações da garantia do serviço: (Art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6.1. § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

5.6.2. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no art. 618 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de

*“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de **5 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.” (grifo nosso)*

5.6.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e os seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.6.4. A Contratada prestará garantia de execução do contrato, que poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, conforme Art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5.6.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.6.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1. A Contratada deverá fornecer o completo acesso ao sistema de monitoramento Wi-fi da geração fotovoltaica;

5.7.2. A Contratada deverá providenciar um repasse das informações fundamentais do sistema, tais como acessar o monitoramento de dados da geração, desempenho do sistema de geração de energia e transmissão de Dados via Wifi para uma plataforma central de monitoramento, que pode ser local ou baseada em nuvem (remota).

5.7.3. Deverá também fornecer o manual de manutenção e operação da instalação em língua portuguesa;

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A Contratada poderá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.6.4. A Contratada deverá designar um Responsável Técnico Engenheiro Civil que deverá acompanhar a execução do objeto, mediante registros no DIÁRIO DE OBRAS, devidamente assinado pelo engenheiro e o Fiscal Técnico do contrato.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.8. Fiscalização Administrativa:

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.4. Estará presente no local da execução do contrato;

6.9.5. Monitorará a contratada, certificando-se de que o seu preposto esteja sempre ciente das obrigações assumidas na contratação;

6.9.6. Estará disponível para esclarecer as dúvidas do preposto que estiverem em sua alçada, ou encaminhará ao Gestor;

6.9.7. Adotará o modo formal de comunicação ao se dirigir tanto à contratada quanto ao seu preposto.

6.9.8. Solicitará à contratada, quando necessário, a substituição de qualquer material, ferramenta ou equipamento, cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação dos bens ou instalações, ou, ainda, que não atendam às necessidades da Administração;

6.9.9. Determinará que o contratado dê início à correção dos defeitos ou não conformidades constatadas durante a execução do objeto, ou após o recebimento provisório, fixando prazo para o respectivo término, ficando a contratada obrigada a corresponder às exatas exigências do objeto contratado, sob pena de multa e outras penalidades;

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Informações Preliminares

7.1.1. A contratada deverá notificar, formalmente e por escrito, o fiscal do contrato logo após a conclusão da parcela da obra, entregando toda a documentação exigida em normativos próprios, através de protocolo no Sistema SEI.

7.1.2. A unidade fiscalizadora do contrato deverá, no prazo de 5 dias úteis, realizar a vistoria, autorizar a contratada a emitir a nota fiscal, que deve ser subscrita pelo fiscal e representante legal da contratada, e remeter a medição ao setor responsável pelo pagamento.

7.1.3. O setor responsável pelo pagamento deverá efetuar-lo em 30 dias após a assinatura da nota fiscal pelo fiscal e pelo representante legal da contratada. O prazo será interrompido em qualquer das fases da medição caso a fiscalização encontre qualquer inconformidade na documentação apresentada pela empresa, devendo a fiscalização sempre notificar formalmente a contratada sobre as incorreções verificadas.

7.2 . Medição dos serviços

7.2.1. Os serviços serão medidos após a execução completa e substituição do medidor de energia, para a unidade consumidora correspondente. Também serão avaliadas as atividades executadas e materiais, verificando se atendem aos critérios de qualidade e as normas pertinentes, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro e neste Termo de Referência.

7.2.2. Os preços serão os constantes da Proposta de Preços da contratada na ocasião da licitação.

7.2.3. Os documentos referentes aos serviços executados e os ensaios de Controle Tecnológico (quando couber) serão entregues ao fiscal do contrato pela empresa de forma detalhada para análise, verificação de conformidade, elaboração e encaminhamento da medição à Superintendência para processamento no sistema SIAC (Sistema de Acompanhamento de Contratos) ou outro que venha a substituir.

7.2.4. O início do processo de medição dar-se-á por requerimento da Contratada, protocolando, até o quinto dia útil do mês subsequente, os seguintes documentos:

- Folhas-resumo, contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais;

- Memórias de cálculos;
- Diário de obras;
- Mapa pluviométrico;
- Relatório da Curva S (Curva de Medições Acumuladas); e
- Relatório fotográfico.

7.2.5. O contratado deverá apresentar a declaração por escrito de que está cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no art. 50, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. O contratado deverá apresentar planilha de ISSQN, constando a alíquota real de ISSQN adotada pelo respectivo Município, observando o disposto na Lei Complementar nº 116 de 2003 e legislação municipal aplicável.

7.2.7. No caso de se verificar que o percentual de ISSQN no(s) Município(s) é inferior àquele considerado na proposta da empresa, será procedido o estorno dos valores excedentes nas medições, conforme Instrução Normativa nº 37 /2021, de 15/07/2021, alterada pela Instrução Normativa nº 18, de 16/08/2022, que institui procedimentos para revisão, adequação, eventual estorno, estimativa e recolhimento do percentual embutido nas despesas fiscais a título de pagamento de ISSQN,

7.2.8. Após aprovação dos serviços e documentação, a Contratada emitirá e apresentará a(s) nota (s) fiscal(is), na sede da Superintendência Regional para o atesto do Fiscal do Contrato e do Superintendente Regional, para posterior encaminhamento à Coordenação-Geral competente para providências.

7.2.9. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2.10. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.12. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Quadro I- Avaliação Mensal da Empresa			
Item	Descrição	Grau de Desconformidade	Ponto
1	Não iniciar imediatamente a execução dos serviços contratados, após a assinatura do contrato e recebimento da ordem dos serviços (por dia)	Leve	2
2	Não se apresentar devidamente uniformizado e identificado, portando crachá em local de fácil visualização (por exemplo).		
3	Não observar o horário de trabalho estabelecido pelo Termo de Referência (por empregado).		
4	Não apresentar, antes do início da execução dos serviços, ficha dos profissionais a serem		

	alocados nos respectivos postos de trabalho, que deverá ser sempre atualizada: 9 por ocorrência)	Moderada	4
5	Negligenciar o zelo dos equipamentos, instalações e edificações da CONTRATANTE (por ocorrência)		
6	Não alocar, nos postos de trabalho, profissionais devidamente treinados e qualificados técnica e eticamente para a função (por empregado);		
7	Atribuir a terceiro, por qualquer forma, mesmo que parcialmente, o Contrato, ou subcontratar sem prévia anuência, por escrito, da Secretaria, sob pena de rescisão contratual (por ocorrência)		
8	Não observar as Normas de Segurança do Trabalho tanto que se refere à conduta, como com relação ao fornecimento de produtos - EPI (por empregado)		
9	Não atender a qualquer das obrigações previstas no item 5 - Modelo de Execução do Objeto, recusando-se a executar ou descumprir serviço necessário à plena execução do objeto repactuado (por ocorrência).	Grave	8
10	Utilizar materiais de baixa qualidade na execução dos serviços ou desconformidade com as especificações técnicas do memorial descritivo (por ocorrência)		
11	Suspender ou interrompe os serviços contratuais, salvo por motivo de caso fortuito ou força maior (por dia).		

Quadro 2 - Método de Avaliação Objetiva dos Serviços Prestados - EMPRESA			
item	Percentuais do Grau de Atendimento dos Serviços	Nível dos Serviços Prestados	Valor descontado na da Fatura
1	Até 10 pontos	Ótimo	0%
2	De 10 a 20 pontos	Bom	1,50%
3	de 20 40 pontos	Regular	3%
4	de 40 a 80 pontos	Ruim	6%
5	Acima de 80 pontos	Péssimo	9%

7.3. Do Recebimento

7.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22,X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.3.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.12.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.12.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser o teor do art. 143 da Lei 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para a emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.12.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.12.9. O provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Liquidação

7.4.1. O DNIT pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento.

7.4.2 O faturamento e pagamento somente será efetuado após a conclusão de todas etapas do Cronograma físico-financeiro, condicionado ao ateste do fiscal do contrato.

7.4.3. O pagamento será efetuado pela Contratante a contar o prazo de 30 (trinta) dias contados do atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O atesto na Nota Fiscal/Fatura está condicionado a medição prévia dos serviços pelo fiscal do contrato.

7.4.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contrato providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.4.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAP para:

a) verificar a manutenção das condições trabalhistas de habilitação exigidas no edital

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.4.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5. Prazo de Pagamento.

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77, de 2022.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável,

7.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7. Cessão de Crédito

7.7.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.7.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.7.3. A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.7.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.7.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela

efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.7.6. A Cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor dos serviços de reforma será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, modo Aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá estar entre 0,1 de 1%, prevalecendo o percentual indicado no Edital.

8.3. O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Global, considerando cada um dos itens deste Termo de Referência separadamente.

8.4. Critérios de aceitabilidade de preços

8.4.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133 /2021).

8.4.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.2.1. Valor global máximo: R\$ R\$ 223.622,41 (duzentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos).

8.4.2.2. Deverá atender todos os requisitos previstos no Edital, Termo de Referência e Anexos.

8.5. **Parcelamento:** O parcelamento não é viável e não traria benefícios à administração, acarretando custos financeiros adicionais de mobilizações/desmobilizações, canteiros, instalações e administração local (engenheiro, encarregados, apontadores, entre outros). Além disso, acarretaria prejuízos por perda de economia de escala e ao conjunto licitado e não propiciaria melhor aproveitamento dos recursos e ampliação da competitividade.

8.6. Para definição também foram considerados aspectos de logística, local de execução dos serviços, fiscalização, procedimentos administrativos, manuais de custos e instruções de serviços. Considera-se, ainda, que os serviços licitados são comuns de engenharia e apresentam pouca diversidade, podendo ser executados por uma única empresa.

8.7. **Permite participação de Consórcios:** Não, por se tratar de serviços comuns de engenharia, em que as atividades a serem realizadas apresentam pouca diversidade e complexidade, compreende-se serem perfeitamente executáveis por uma única empresa.

8.8. **Relação de Índices Contábeis:** Conforme exigência do edital padrão para fins de qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um) bem como deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.9. **Exclusividade ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (art. 48, Lei Complementar 123/2006):** Não aplicável, tendo em vista que a exclusividade de “Micro Empresas” ou “Empresas de Pequeno Porte” não se enquadra ao objeto deste termo, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015. Pela particularidade dos serviços, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas

de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas.

8.10. Participação/ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte: É aplicável, desde que atenda aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a redação da Lei Complementar 123/2006. Ademais, conforme aduz o art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

8.11. Serviço Contínuo: Não, por tratar-se de serviços que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, Art. 16 da Instrução Normativa nº 05 de 26/05/2017.

8.12. Serviço com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra: Não. Os serviços do presente objeto não se enquadram como serviços com regime de dedicação exclusiva, nos termos do Art. 17 da Instrução Normativa nº 05 de 26 de Maio de 2017 – MPOG. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8.13. Exigências de habilitação

8.13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.14. Habilitação Jurídica

8.14.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.14.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.14.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Habilitação fiscal, Social e Trabalhista

8.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.15.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.15.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16. Qualificação financeira

8.16.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.16, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.16.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.16.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.16.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.16.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.16.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.16.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.16.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.16.9. As empresas criadas no exercício da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.16.10 . O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.17. Qualificação técnica

8.17.1. Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) Responsável(is) Técnico(s), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente, da região a que estiver vinculada, em plena validade.

8.17.2. Apresentação de profissional de nível superior Engenharia Elétrica com Comprovação da Capacidade Técnico - Profissional, detentor de atestados e/ou certidões de responsabilidade técnica, e indicado como Responsável Técnico, por execução dos serviços abaixo relacionados:

- **Serviço de Execução de Instalação de Sistemas Fotovoltaicos**

8.17.2.1. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.17.2.2. Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

8.17.2.3. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

8.17.2.4. Somente serão aceitos atestados e/ou certidões de capacidade técnico-profissional devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente.

8.17.2.5. A comprovação do vínculo empregatício do profissional relacionado no subitem 10.17.2, acima, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

8.17.2.6. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

8.17.2.7. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

8.17.2.8. Anexar a declaração individual, por escrito do profissional apresentado para atendimento aos itens acima, autorizando sua inclusão na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

8.17.3. Comprovação da empresa para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

8.17.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados pela empresa com as seguintes características mínimas:

- **Serviço de Execução de Instalação de Sistemas Fotovoltaicos.**

8.17.4. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) de capacidade Técnico-Profissional e Técnico- Operacional poderão ser apresentados da seguinte maneira:

8.17.4.1. Um atestado para cada item exigido;

8.17.4.2. O(s) atestados deverão ser registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente.

8.17.4.3. Deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante.
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço).
- Localização do serviço.
- Serviços executados (discriminação e quantidade)

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 283.950,36

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **R\$ 223.622,41 (duzentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos no Anexo II- Planilha Estimativa de Custos (doc. SEI nº 23116339).

9.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram extraídos de ampla pesquisa de mercado. Mês base: **Novembro/2025**.

9.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano do mês-base / data-base do orçamento constante do Edital e seus anexos.

9.4. Os preços contratuais, em reais, poderão ser reajustados pelos índices utilizados pelo DNIT, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023, ou outra que vier substituí-la, após decorrido 01 (um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do DNIT (mês base Novembro/2025).

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Os dados de dotação orçamentária constarão do Edital.

10.3 a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 Sanções Administrativas (Penalidades)

10.4.1. Sem prejuízo da utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, previsto nos itens 9.1.9 à 9.3 deste Termo de Referência, a contratada sofrerá as sanções administrativas, em caso de irregularidades e não atendimento às normas do DNIT, nos seguintes termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

10.4.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.4.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

10.4.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.4.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.4.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.4.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.4.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.4.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante o processo de seleção ou execução do contrato

10.4.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.4.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.4.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.5. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a administração Pública; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.8. Rescisão Contratual

10.8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no Art. 137 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.9. Alterações Contratuais.

10.9.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

11. Disposições Gerais

11.1 Os serviços objeto do presente Termo de Referência deverão estar de acordo com a legislação vigente, e a proposta apresentada pela contratada deverá prever todos os custos e despesas, inclusive os de transporte, frete, impostos e quaisquer outros custos.

11.2. Nenhum participante do processo de contratação direta poderá alegar desconhecimento do serviço para não cumprir o disposto neste termo, bem como apresentar dúvidas futuras após término do processo de contratação.

11.3. Os profissionais que desempenharão as atividades do objeto deste Termo de Referência deverão estar devidamente registrados conforme a legislação vigente, no início das atividades na Unidade Local do DNIT em Taubaté/SP.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARTUR FELIPE DO NASCIMENTO TAVEIRA

Membro da comissão de contratação

DANIELLA DE SOUZA NUNES MACHADO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 11:51:23.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Especificacao_Tecnica_Fotovoltaico_Sao_Paulo_R5assinado.pdf (1.2 MB)
- Anexo II - Anexo II - Planilha_Orcamentaria.pdf (76.89 KB)
- Anexo III - Anexo III- Cronograma Fisico-Financeiro.pdf (206.64 KB)